

PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UM PROJETO DE FOMENTO À MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS

Fábio Soares do Nascimento (IC), Thainá Oliveira de Sena (IC), Eduardo Junio Ferreira Santos (PQ), Livia Cristina Ribeiro dos Reis (PQ)

PIBIC

Câmpus Anápolis/Câmpus Goiânia Oeste

* eduardo.santos@ifg.edu.br / livia.reis@ifg.edu.br

Palavras Chave: Gestão Escolar; Militarização de Escolas; Escolas cívico-militares; PECIM.

Introdução

O objetivo central é analisar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). O principal material investigado são os decretos federais que regulamentam o PECIM, quais sejam: 1) o Decreto nº 10.195/2019 (BRASIL, 2019a), que cria, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), a Diretoria de Políticas para escolas cívico-militares e 2) o Decreto nº 10.004/2019 (BRASIL, 2019b), que institui o PECIM como política educacional a ser fomentada pelo MEC e estabelece metas a ser alcançadas pelas escolas públicas que se transformem em “Escolas Cívico-militares”.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa, que realizou análise de conteúdo dos documentos oficiais selecionados. O ponto de partida da investigação foi o levantamento de revisão bibliográfica sobre “escolas militares” e “escolas militarizadas”. O estudo das pesquisas acadêmicas catalogadas na revisão bibliográfica permitiu historicizar e compreender o PECIM enquanto uma política educacional.

Resultados e Discussão

Identificou-se que a entrega de escolas públicas civis para a administração política-pedagógica de corporações militares não foi inaugurada pelo PECIM. Ao contrário, segundo Santos (2020), data de 1990 o primeiro processo de entrega de uma escola para uma corporação militar. Até 2019 havia no Brasil duas políticas educacionais distintas que, no entanto, eram tratadas como idênticas pelo senso comum, pois ambas têm como protagonistas corporações militares. Uma dessas políticas é a de criação de escolas militares vinculadas a PM ou a Corpos de Bombeiros Militares (CBM), mantidas financeiramente por essas corporações e sem vínculos diretos com secretarias de educação; a outra é a militarização de escolas públicas civis, que é a entrega de escolas, mantidas com verbas

públicas da educação, para a alçada política-administrativa de corporações militares. As análises dos decretos federais que instituem o PECIM indicam que, apesar de os documentos se utilizarem da expressão “criação de escolas”, tal programa tem como objetivo incentivar municípios e estados a militarizar suas escolas, por meio da promessa do recebimento de verbas federais.

Conclusões

A exemplo do que já ocorria desde 1990, por iniciativa de governos estaduais, e a partir de 2017 por iniciativa de prefeituras, a militarização de escolas via adesão ao PECIM visa impor as normas dos quartéis nas comunidades escolares. No entanto, considerando que o governo federal tem capacidade de implantar políticas em todo território nacional, a perspectiva é que o PECIM consiga militarizar um número mais massivo de escolas do que os projetos conduzidos até então pelos governos e prefeituras, sem uma indução nacional coordenada.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos orientadores, que nos convidaram a participar da iniciação científica, apresentando o objeto a ser pesquisado, suscitando a nossa curiosidade e envolvimento com a investigação.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019**, 2019a. Dispõe sobre a aprovação da estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**, 2019b. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil: Expansão, Significados e Tendências** - 2020. 447 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFG, Goiânia, 2020.